

XXXII CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI SÃO PAULO - SP

GÊNERO, SEXUALIDADES E DIREITO III

EDNA RAQUEL RODRIGUES SANTOS HOGEMANN

TEREZA RODRIGUES VIEIRA

Todos os direitos reservados e protegidos. Nenhuma parte destes anais poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados sem prévia autorização dos editores.

Diretoria - CONPEDI

Presidente - Profa. Dra. Samyra Haydêe Dal Farra Naspolini - FMU - São Paulo

Diretor Executivo - Prof. Dr. Orides Mezzaroba - UFSC - Santa Catarina

Vice-presidente Norte - Prof. Dr. Jean Carlos Dias - Cesupa - Pará

Vice-presidente Centro-Oeste - Prof. Dr. José Querino Tavares Neto - UFG - Goiás

Vice-presidente Sul - Prof. Dr. Leonel Severo Rocha - Unisinos - Rio Grande do Sul

Vice-presidente Sudeste - Profa. Dra. Rosângela Lunardelli Cavallazzi - UFRJ/PUCRio - Rio de Janeiro

Vice-presidente Nordeste - Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa - UNICAP - Pernambuco

Representante Discente: Prof. Dr. Abner da Silva Jaques - UPM/UNIGRAN - Mato Grosso do Sul

Conselho Fiscal:

Prof. Dr. José Filomeno de Moraes Filho - UFMA - Maranhão

Prof. Dr. Caio Augusto Souza Lara - SKEMA/ESDHC/UFMG - Minas Gerais

Prof. Dr. Valter Moura do Carmo - UFERSA - Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Fernando Passos - UNIARA - São Paulo

Prof. Dr. Edinilson Donisete Machado - UNIVEM/UENP - São Paulo

Secretarias

Relações Institucionais:

Prof. Dra. Claudia Maria Barbosa - PUCPR - Paraná

Prof. Dr. Heron José de Santana Gordilho - UFBA - Bahia

Profa. Dra. Daniela Marques de Moraes - UNB - Distrito Federal

Comunicação:

Prof. Dr. Robison Tramontina - UNOESC - Santa Catarina

Prof. Dr. Liton Lanes Pilau Sobrinho - UPF/Univali - Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Lucas Gonçalves da Silva - UFS - Sergipe

Relações Internacionais para o Continente Americano:

Prof. Dr. Jerônimo Siqueira Tybusch - UFSM - Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Paulo Roberto Barbosa Ramos - UFMA - Maranhão

Prof. Dr. Felipe Chiarello de Souza Pinto - UPM - São Paulo

Relações Internacionais para os demais Continentes:

Profa. Dra. Gina Vidal Marcilio Pompeu - UNIFOR - Ceará

Profa. Dra. Sandra Regina Martini - UNIRITTER / UFRGS - Rio Grande do Sul

Profa. Dra. Maria Claudia da Silva Antunes de Souza - UNIVALI - Santa Catarina

Educação Jurídica

Profa. Dra. Viviane Coêlho de Séllos Knoerr - Unicuritiba - PR

Prof. Dr. Rubens Beçak - USP - SP

Profa. Dra. Livia Gaigher Bosio Campello - UFMS - MS

Eventos:

Prof. Dr. Yuri Nathan da Costa Lannes - FDF - São Paulo

Profa. Dra. Norma Sueli Padilha - UFSC - Santa Catarina

Prof. Dr. Juraci Mourão Lopes Filho - UNICHRISTUS - Ceará

Comissão Especial

Prof. Dr. João Marcelo de Lima Assafim - UFRJ - RJ

Profa. Dra. Maria Creusa De Araújo Borges - UFPB - PB

Prof. Dr. Antônio Carlos Diniz Murta - Fumec - MG

Prof. Dr. Rogério Borba - UNIFACVEST - SC

G326

Gênero, sexualidades e direito III[Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI

Coordenadores: Edna Raquel Rodrigues Santos Hogemann, Tereza Rodrigues Vieira – Florianópolis: CONPEDI, 2025.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-65-5274-286-5

Modo de acesso: www.conpedi.org.br em publicações

Tema: Os Caminhos Da Internacionalização E O Futuro Do Direito

1. Direito – Estudo e ensino (Pós-graduação) – Encontros Nacionais. 2. Gênero. 3. Sexualidades e direito. XXXII Congresso Nacional do CONPEDI São Paulo - SP (4: 2025: Florianópolis, Brasil).

CDU: 34

XXXII CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI SÃO PAULO - SP

GÊNERO, SEXUALIDADES E DIREITO III

Apresentação

Apresentação

O XXXII ENCONTRO NACIONAL DO CONPEDI SÃO PAULO-SP, tendo como instituição anfitriã a Universidade Presbiteriana Mackenzie, apresentou como tema central “Os caminhos da internacionalização e o futuro do Direito”. Essa temática norteou o conjunto dos debates desde a abertura do evento, com reflexos nos painéis apresentados ao longo dos três dias e nas apresentações dos trabalhos.

A internacionalização atravessa temas cruciais como direitos humanos, meio ambiente, governança digital, migrações, conflitos armados, segurança de dados e regulação da inteligência artificial. Nesse cenário, o Direito deixa de ser um instrumento circunscrito ao espaço nacional e passa a operar em rede, dialogando com diferentes sistemas jurídicos e instâncias supranacionais.

Nesse processo, ganham destaque iniciativas acadêmicas e institucionais que fortalecem perspectivas críticas e interdisciplinares, como o grupo de trabalho “GÊNERO, SEXUALIDADES E DIREITO III”. Ao problematizar desigualdades estruturais, enfrentar a violência de gênero e promover leituras mais inclusivas das normas jurídicas, esse grupo contribui para ampliar o alcance e a profundidade da internacionalização, conectando debates locais a agendas globais e fomentando uma formação jurídica comprometida com a justiça social em escala transnacional.

Sob a coordenação da Profa. Dra. Edna Raquel Hogemann Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e da Profa. Dra. Tereza Rodrigues Vieira, da Universidade Paranaense (UNIPAR) o GT 15 contribuiu, com excelentes exposições orais e debates caracterizados pela riqueza e profundidade dos assuntos e pela atualidade do tratamento por seus expositores.

Eis um resumo dos trabalhos apresentados:

1. A INVISIBILIDADE FEMININA NOS TRIBUNAIS: DISCRIMINAÇÃO DE GÊNERO E OS LIMITES DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA MAGISTRATURA BRASILEIRA, da autoria de Eliana dos Santos Alves Nogueira, Adhara Salomão Martins, Lais Faleiros Furuya

busca compreender as razões socioculturais que dificultaram e ainda dificultam a ascensão feminina dentro do poder judiciário, especialmente, nos cargos de magistratura, sendo juízas de primeiro grau, desembargadoras e ministras.

2. O PROTOCOLO PARA JULGAMENTO COM PERSPECTIVA DE GÊNERO DO CNJ E AS CONCEPÇÕES DE IGUALDADE E JUSTIÇA DESDE A PERSPECTIVA INTERSECCIONAL DE MARÍA LUGONES, apresentado por Rucélia Patricia da Silva Marques e Maria Creusa De Araújo Borges, trata do Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), criado em 2021, nos termos do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) nº 5 “igualdade de gênero” da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), sob o olhar interseccional de María Lugones.

3. O DEUS QUE AS VÊ: UMA ANÁLISE DOS TEXTOS BÍBLICOS UTILIZADOS PARA PERPETUAR A CULTURA DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER cujas autoras Ana Débora da Silva Veloso, Ana Carla De Melo Almeida e Karoline Bezerra Maia buscam abordar os aspectos jurídicos da submissão feminina da sociedade ocidental constante nos textos bíblicos.

4. A DESIGUALDADE DE GÊNERO E OS REFLEXOS NA SAÚDE MENTAL DAS MULHERES, de autoria de Graziela Nóbrega da Silva analisa em que medida as questões de desigualdade de gênero são capazes de impactar a vida da mulher em sociedade, no campo do trabalho, nos aspectos das relações de caráter sexual e da violência.

5. A LEGITIMIDADE DO EXERCÍCIO DAS AUTONOMIAS DA GESTANTE NA ESCOLHA PELO PARTO DOMICILIAR PLANEJADO: UM ESTUDO BIOÉTICO E BIOJURÍDICO, trabalho apresentado pelas autoras Bruna Rafaela Dias Santos, Luiza Pinheiro Chagas Leite Souza e Iara Antunes de Souza analisa a legitimidade do exercício das autonomias da gestante na escolha pelo parto domiciliar planejado (PDP) à luz de fundamentos bioéticos e biojurídicos.

6. CIBERATIVISMO E QUARTA ONDA DO FEMINISMO: ESTRATÉGIAS DE MOBILIZAÇÃO NO BRASIL de autoria da pesquisadora Valquiria Palmira Cirolini Wendt, explora de modo crítico-analítico as transformações sociais e as conexões entre os movimentos feministas e os direitos das mulheres no Brasil, com foco especial na quarta onda do feminismo e na influência do ciberativismo.

7. RELATO DE EXPERIÊNCIA: PENSANDO A DISCIPLINA DE DIREITO PROCESSUAL PENAL COM PERSPECTIVA DE GÊNERO, trabalho que aborda um relato de experiência descreve parte de esforços em incorporar a perspectiva de gênero no ensino da disciplina de Direito Processual Penal, a partir de reflexões teóricas e práticas desenvolvidas em sala de aula, tem como autoras: Ana Carolina de Sá Juzo e Anna Flavia Bueno do Nascimento.

8. FEMINICÍDIO E DISCURSO DE ÓDIO: ENTRE O RECRUDESCIMENTO PUNITIVO E A INEFETIVIDADE ESTRUTURAL, da autoria de Giovana Oliveira Montanher, Luiz Fernando Kazmierczak e Nathália Ronchi, nas palavras de seus autores “ busca investigar em que medida a Lei nº 14.994/2024, conhecida como Pacote Antifeminicídio, é capaz de responder (ou deixa de responder) as dimensões estruturais, simbólicas e interseccionais que caracterizam o crime de feminicídio, especialmente em um cenário de crescente disseminação de discursos de ódio misóginos contra as mulheres”.

9. OS DESAFIOS DA ADVOGADA NEGRA NO MERCADO DE TRABALHO PRIVADO E PÚBLICO apresentado por Frank Aguiar Rodrigues, traz um estudo sobre aquela que é considerada a primeira advogada negra do nosso país, a saber: Esperança Garcia.

10. FEMINICÍDIO E CRIMINOLOGIA: UMA ANÁLISE CRÍTICA SOBRE A VIOLÊNCIA DE GÊNERO E O SISTEMA PENAL NO BRASIL é o título do trabalho da autoria de Josanne Cristina Ribeiro Ferreira Façanha, Fernando Oliveira Piedade e Inacio Ferreira Facanha Neto que se propõe a promover uma análise crítico-reflexiva sobre os caminhos da relação entre criminologia e feminicídio no Brasil, na perspectiva da compreensão de suas dimensões teóricas, jurídicas e empíricas.

11. ENTRE O REGISTRO E A TRANSFORMAÇÃO: O FORMULÁRIO ROGÉRIA SOB A ÓTICA INTERSECCIONAL DE PATRICIA HILL COLLINS promove uma análise crítica a respeito do Formulário Rogéria, criado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em 2022, para registro de violências contra pessoas LGBTQIAPN+ no Brasil. Para tal, os autores Lucas De Souza Gonçalves, Renata Franciele Tavante e Carla Bertoncini se valem do marco teórico da teoria interseccional de Patricia Hill Collins.

12. A ANTIPOLÍTICA INTENCIONADA DE GÊNERO NA DUALIDADE SIMBÓLICA E MATERIAL DO CONTEXTO MERCADOLÓGICO DA BELEZA da autoria de Cleide Calgaro, Nadya Regina Gusella Tonial e Thaís Rodrigues de Chaves, apresenta um estudo

que concerne em observar “a interligação entre a dominação historicamente exercida sobre as mulheres e a sua participação política, no contexto mercadológico da beleza. O objetivo geral é identificar como esse sistema contribui para a antipolítica de gênero”.

13. EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E A DESNATURALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO: ENTRE O DISCURSO JURÍDICO E A TRANSFORMAÇÃO INSTITUCIONAL é o título do trabalho da lavra de Hirlem Nascimento de Alencar , Marcio Flavio Lins de Albuquerque e Souto e Thayamara Soares de Medeiros que se debruça sobre o papel da educação em direitos humanos como mecanismo de desconstrução da naturalização da violência de gênero no sistema de justiça brasileiro, com ênfase no Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero, instituído pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

14. AVALIAÇÕES SOBRE GÊNERO E MATERNIDADE NAS DECISÕES JUDICIAIS DE PRISÃO DOMICILIAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO apresentado por sua autora Deise Ferreira Viana de Castro, objetiva identificar e analisar os discursos presentes nas decisões judiciais — especialmente aqueles que contêm juízos de valor moral sobre mulheres-mães — e refletir sobre a hegemonia de discursos vinculados à maternidade, maternagem e às demais dimensões presentes nas leis e normas que orientam a (não) concessão de prisão domiciliar, bem como investigar como tais discursos são invocados pelos julgadores.

15. TRÁFICO DE MULHERES PARA FINS DE EXPLORAÇÃO SEXUAL: O MITO DO CONSENTIMENTO da autoria de Luciana Correa Souza, examina aspectos relacionados ao consentimento da vítima nos casos de tráfico de mulheres para fins de exploração sexual tendo como marco teórico a teoria feminista do direito de Catharine MacKinnon (1989).

16. VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA COMO UMA VIOLAÇÃO À DIGNIDADE DA MULHER GESTANTE, trabalho da autoria de Luciana Correa Souza e Luana Correa Souza, aborda em que medida a violência obstétrica no Brasil se consubstancia enquanto profunda violação de direitos humanos, cujas consequências envolvem a perda da autonomia e da dignidade da parturiente, a partir do exame do caso Alyne Pimentel vs. Brasil perante o CEDAW.

17. O PROTOCOLO DE GÊNERO SOB O VIÉS DE UMA EDUCAÇÃO EMANCIPATÓRIA VOLTADA AOS DIREITOS HUMANOS, trabalho que se propõe a analisar o Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero, instituído pelo Conselho

Nacional de Justiça (CNJ) relacionando-o aos princípios da educação libertadora de Paulo Freire e da pedagogia engajada de bell hooks, teve por autores Etyane Goulart Soares, Herôdoto Souza Fontenele Júnior e Luana Coura Santos.

Além destes, foi apresentado o trabalho intitulado A LIBERDADE RELIGIOSA E OS DISCURSOS TRAVESTIDOS DE FÉ: LIMITES CONSTITUCIONAIS, DIREITOS DA PERSONALIDADE E DIREITOS LGBTQIAPN+, da autoria de Helena Cinque, Tereza Rodrigues Vieira e Valéria Silva Galdino Cardin, que aborda questões fundamentais relacionadas à liberdade religiosa e que originalmente seria apresentado no GT-14 de GÊNERO, SEXUALIDADES E DIREITO II.

18. CIDADANIA E DESIGUALDADE DE GÊNERO NO BRASIL: UMA ANÁLISE SOB A PERSPECTIVA DA TEORIA BIDIMENSIONAL DA JUSTIÇA DE NANCY FRASER, apresentado pelas autoras Mariana Govões , Patrícia Tuma Martins Bertolin, analisa a relação entre cidadania e desigualdade de gênero no Brasil, utilizando a Teoria Bidimensional da Justiça de Nancy Fraser como referencial teórico.

19. Benjamin Xavier de Paula , Ela Wiecko Volkmer De Castilho são os autores do trabalho intitulado A PRESENÇA AS MULHERES NA EDUCAÇÃO JURÍDICA NO BRASIL SOB A PERSPECTIVA DE GÊNERO E RAÇA (2001-2021), cujo objeto de pesquisa é a presença de mulheres nos cursos de Direito, enquanto docentes e discentes, em nível de graduação, em faculdades públicas e privadas no Brasil, no período de 2001-2021, observando a interseccionalidade das clivagens de gênero, raça, classe na produção de vantagens e/ou obstáculos para a ascensão nesses espaços.

A INVISIBILIDADE FEMININA NOS TRIBUNAIS: DISCRIMINAÇÃO DE GÊNERO E OS LIMITES DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA MAGISTRATURA BRASILEIRA

FEMALE INVISIBILITY IN THE COURTS: GENDER DISCRIMINATION AND THE LIMITS OF PUBLIC POLICIES IN THE BRAZILIAN JUDICIARY

**Eliana dos Santos Alves Nogueira
Adhara Salomão Martins
Lais Faleiros Furuya**

Resumo

O presente artigo busca compreender as razões socioculturais que dificultaram e ainda dificultam a ascensão feminina dentro do poder judiciário, especialmente, nos cargos de magistratura, sendo juízas de primeiro grau, desembargadoras e ministras. Para tanto, por meio de uma metodologia hipotético-dedutiva, a partir do marco temporal de 2018, a pesquisa busca analisar os avanços havidos para a inserção de mais mulheres investidas em cargos da magistratura ou se ainda subsistem barreiras a serem superadas. O artigo esmiuça as políticas públicas de ações afirmativas consolidadas por meio de resoluções desenvolvidas pelo Conselho Nacional de Justiça a fim de aumentar e fomentar a inserção feminina no âmbito do judiciário. Por outro lado, a pesquisa traz um panorama de que, apesar dos números terem aumentado após as campanhas de equidade de gênero promovidas pelo CNJ e organizações particulares, o crescimento de mulheres na magistratura é alinear e não atinge os critérios mínimos esperados de representatividade e equidade dentro dos tribunais brasileiros. Tal situação exige um olhar crítico para que seja possível a desconstrução social e cultural da figura feminina dentro da carreira jurídica para que mais políticas de equidade de gênero sejam criadas a fim de garantir um judiciário mais representativo e equilibrado.

Palavras-chave: Magistratura brasileira, Equidade de gênero, Políticas públicas, Conselho nacional de justiça, Ações afirmativas

Abstract/Resumen/Résumé

This article aims to understand the sociocultural factors that have historically hindered—and continue to hinder—the advancement of women within the Brazilian judiciary, particularly in judicial positions such as first-instance judges, appellate judges, and supreme court justices. Using a hypothetical-deductive methodology and adopting 2018 as the temporal benchmark, the study examines whether there have been effective advancements in increasing female representation in the judiciary or whether significant barriers still persist. The research analyzes affirmative action public policies institutionalized through resolutions issued by the National Council of Justice (CNJ), which aim to enhance and promote women's participation in the judiciary. Despite some growth in female representation following gender equity initiatives by the CNJ and other organizations, the findings reveal that this growth has been

uneven and insufficient to meet the minimum thresholds of representativeness and equity in Brazilian courts. This scenario calls for a critical approach capable of deconstructing the cultural and social norms that shape the role of women in the legal profession and highlights the need for more robust gender equity policies to ensure a more inclusive and balanced judiciary.

Keywords/Palabras-claves/Mots-clés: Brazilian judiciary, Gender equity, Public policies, National council of justice, Affirmative actions

1. INTRODUÇÃO

A investidura feminina em cargos da magistratura brasileira é um fenômeno extremamente recente e pautado por inúmeras barreiras socioculturais que advém da divisão sexual do trabalho, uma vez que as mulheres, majoritariamente, eram destinadas aos cuidados do lar e para com a prole, enquanto os homens eram vistos como os provedores do lar, sendo os responsáveis por garantir condições financeiras às mulheres e aos demais membros familiares.

A partir dessa construção social, o trabalho masculino adquiriu maior valoração quando comparado ao trabalho feminino, já que os homens, por assumirem a posição de provedor, eram vistos como mais competentes e mais aptos a alcançarem posições de prestígio dentro da sociedade. Assim, as mulheres são socialmente construídas sob o olhar de que não são tão aptas quanto os homens para assumirem cargos de prestígio social, estando predestinadas a assumirem demandas passivas ou relacionadas ao lar.

A sociedade moldou a figura feminina considerando os vieses estruturais da divisão sexual do trabalho, o que traz impactos significativos até os dias atuais, sendo que o primeiro deles é revelado com a análise da população brasileira. Isso se deve ao fato de que, apesar de a maior parte da população brasileira ser feminina, as mulheres ocupam de modo desigual os cargos dentro do poder judiciário, especialmente nos cargos da magistratura e, quanto maior o cargo, menor o índice de mulheres investidas.

Notadamente, a inserção feminina dentro do poder judiciário tem aumentado ao longo dos anos, especialmente, após o desenvolvimento de políticas públicas de ações afirmativas oriundas do Conselho Nacional de Justiça a fim de fomentar e garantir a maior inserção feminina dentro dos cargos da magistratura e ainda possibilitar a manutenção e ascensão dessas mulheres em suas carreiras. Entretanto, apenas essas políticas públicas não são suficientes para garantir o ingresso, manutenção e ascensão das mulheres dentro dos cargos da magistratura.

Nesse contexto, o presente trabalho tem como objetivo investigar e compreender a magnitude dos efeitos da divisão sexual do trabalho na sociedade atual e seus impactos no aumento de mulheres inseridas dentro do poder judiciário especificamente nos cargos da magistratura. Para tanto, busca-se compreender, considerando o marco temporal do ano de 2018, por meio de análise de dados estatísticos do Conselho Nacional de Justiça, se as políticas públicas implementadas a partir dessa data, sobretudo a Resolução CNJ nº 255/2018 e suas atualizações, têm sido eficazes para mitigar a sub-representação feminina na magistratura. Parte-se da hipótese de que, embora haja avanço normativo, persistem barreiras estruturais e

culturais que dificultam a ascensão de mulheres aos cargos mais altos do judiciário, o que pode ser melhorado com o desenvolvimento e aplicação de políticas públicas de inserção feminina dentro do judiciário brasileiro.

Com esse propósito, o presente estudo utiliza a metodologia hipotético-dedutiva, a partir do marco temporal de 2018, considerando a hipótese de que, apesar dos avanços havidos, a inserção feminina ainda é comprometida em razão das barreiras socioculturais impostas. A abordagem metodológica é qualitativa, desenvolvendo-se por meio de pesquisa documental e com a coleta de dados estatísticos secundários.

Faz-se necessário esclarecer que durante a realização da pesquisa, não foram encontrados dados e informações sobre diferenças de gênero e posição das mulheres em cargos da magistratura no Relatório Justiça em Números realizado pelo CNJ em 2020. Termos como “mulher”, “gênero” e “feminino” não foram inseridos no relatório para os referidos fins. Informa-se que o termo “mulher” foi incluído no relatório para tratar sobre temas de violência doméstica e correlatos. Este mesmo quadro estende-se ao Relatório Justiça em Números de 2021 (CNJ, 2020, 2021). Por fim, o artigo se divide em três seções principais: (i) um diagnóstico histórico-social da presença feminina na magistratura; (ii) o mapeamento das políticas públicas de incentivo à participação feminina; e (iii) a análise empírica de seus efeitos.

2. OS DESAFIOS DAS MULHERES NA MAGISTRATURA

Para compreensão do presente estudo, é preciso analisar minuciosamente o fenômeno que envolve a participação de mulheres na magistratura no Brasil. Para tanto, é necessário, em primeiro lugar, mapear sua presença neste cenário e identificar como a construção sociocultural das mulheres pode influenciar nos números e percentuais de cargos ocupados. Tal mapeamento deve levar em conta os diversos ramos do Poder Judiciário e os diversos níveis de jurisdição, visando compreender e apontar eventuais situações que evidenciem discriminação baseada na construção histórica e social das mulheres.

A primeira mulher a alcançar o cargo de magistrada no Brasil foi Auri Moura Costa, em 1939, no Estado do Ceará. A mesma se destacou ainda como a primeira desembargadora em território brasileiro no ano de 1968. Além deste marco, em 1980, registrou-se o primeiro concurso para juiz no Estado de São Paulo aberto para homens e mulheres, com aprovação de apenas três juristas do sexo feminino (Junior, Rodrigues, 2024, p. 72). Ou seja, há apenas 45 anos mulheres começaram a assumir cargos na magistratura, sinalizando, portanto, um cenário bastante recente.

Isso se deve ao fato de que as mulheres, em sua construção sociocultural, foram, majoritariamente, destinadas a assumir o trabalho com o lar e os afazeres domésticos, ficando responsáveis pela manutenção e organização familiar e da prole, enquanto os homens eram vistos como os provedores do lar (Hirata, Kergoat, 2020). Tal divisão propiciou o surgimento da divisão sexual do trabalho, cujos impactos são sentidos até hoje e em diversos setores da sociedade, especialmente dentro do judiciário, onde as mulheres apenas recentemente passaram a serem investidas nos cargos da magistratura.

Em razão de construções socioculturais, as figuras presentes dentro da carreira jurídica são, majoritariamente, associadas a indivíduos do sexo masculino e brancos, sedimentando a ideia de que os cargos mais altos neste âmbito devem ser ocupados apenas por homens. O trabalho masculino, historicamente, esteve mais associado a comportamentos de objetividade, força, comprometimento, dedicação e racionalidade, enquanto o trabalho feminino sempre foi associado a situações mais emotivas, dóceis e frágeis, o que comprometeria a integridade e imparcialidade do sistema de justiça, tornando as mulheres incompatíveis com cargos mais altos, por exemplo, a magistratura (Kahwage, Severi, 2019; Junior, Rodrigues, 2024, p. 72).

Com a construção social feminina criada, faz-se necessário ainda realizar um recorte social que também foi característico desta ascensão feminina da magistratura. Os pesquisadores Werneck Vianna, Maria Alice Carvalho, Manuel Melo e Marcelo Burgos realizaram, em 1997, vários questionários a todos os juízes, com o objetivo de identificar se o estado civil desses profissionais possuía algum reflexo na investidura de mulheres. Para tanto, foram analisadas informações de magistrados e magistradas, ativos ou não, cadastrados pelos tribunais e suas respectivas associações. O retorno foi de 3.927 manifestações, sendo 30% do total de entrevistas realizadas. Os dados identificaram que 23,3% de juízas eram solteiras, contra 9,5% de homens. Outra diferença foi que 17,2% juízas eram separadas, em oposição à 7% de juristas homens, o que indica uma relação de que as mulheres solteiras ou separadas tendem a alcançar mais facilmente os cargos da magistratura no judiciário brasileiro.

Essa pesquisa corrobora a construção histórica e social vivenciada pela mulher no que tange à divisão sexual do trabalho. Primeiramente, resta evidente a forma que a figura masculina é equiparada ao provedor, sendo visto como mais competente e, portanto, sendo mais facilmente inserido em cargos relevantes, enquanto a figura feminina é destinada apenas às atividades passivas ou relacionadas ao lar. A complexidade desta presunção distorcida decorre no segundo cenário, isto é, apenas mulheres competentes têm espaço em cargos jurídicos significativos, razão pela qual assumem a posição social de se dedicar apenas na carreira jurídica, abdicando de outras condições na sociedade (Junior, Rodrigues, 2024, p. 74)

Com a evolução do discurso sobre os direitos humanos, com a promulgação da Constituição Federal de 1988 – especialmente com a consolidação de que todos são iguais perante a lei – foi realizada uma nova pesquisa em 2006 pela Maria Tereza Sadeck juntamente com a Associação dos Magistrados Brasileiros, a qual identificou uma alteração no cenário de mulheres magistradas. Em 1970 o quadro de mulheres juízas no país era de 8%, enquanto em 2005 o número disparou para 22,4% e, um ano após, em 2006, o Brasil teve a primeira mulher na presidência do Supremo Tribunal Federal, Ellen Gracie Northfleet (Junior, Rodrigues, 2024, p. 73).

Em números, a pesquisa cuidou de analisar os dados retirados dos relatórios Justiça em Números, de 2020 a 2024, provido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o qual consiste no estudo estatístico de informações do Poder Judiciário. Trata-se de uma iniciativa do CNJ, iniciada em 2004, para promover um meio de monitoramento da gestão do poder judiciário como um todo, desde a sua composição até as decisões que são julgadas pelos magistrados. Ainda do CNJ, cuidou-se em abordar estudos quantitativos, realizados em 2019 e 2023, responsáveis por avaliar a aplicação da Resolução do CNJ nº 255. As análises fundamentaram-se em documentos elaborados pelo Movimento Pessoas à Frente, formado por membros da sociedade civil, pesquisadores e servidores públicos, em especial do Grupo de Trabalho Mulheres do Serviço, constituído por 95 integrantes.

Antes de iniciar as análises dos números expostos nos relatórios produzidos pelo CNJ dos anos de 2020 a 2024, convém realizar algumas considerações importantes retiradas pelo “Diagnóstico da Participação Feminina no Poder Judiciário” produzido em 2019 também pelo CNJ. Para fins metodológicos, é importante considerar que 76% dos dados coletados advêm de órgãos do Poder Judiciário, visto que, para a realização da pesquisa, foram selecionados 90 tribunais. Desses 90 tribunais selecionados, apenas 68 retornaram com os ofícios preenchidos para que fosse possível a realização da pesquisa e o mapeamento dos dados. O marco temporal do documento produzido consistiu nos últimos dez anos, isto é, de 2008 a 2018, levando em conta também quadros de aposentadoria e afastamentos por parte das magistradas¹ (CNJ, 2019, p. 5).

É importante notar que, dos dados expostos no relatório “Diagnóstico da Participação Feminina no Poder Judiciário”, produzido em 2019 pelo CNJ, extraem-se as seguintes constatações: no ano de 2014, o número de magistradas no Poder Judiciário correspondia a

¹ O termo magistradas será utilizado na presente pesquisa para se referir ao conjunto de mulheres que ocupam cargos de juízas, desembargadoras ou ministras, considerando todas essas categorias sem distinção de grau de jurisdição.

apenas 35.9% do total, o que já representava um salto de 13.5% com relação ao ano de 2005, mas ainda distante de paridade com o número de magistrados; deste total, 44% eram magistradas substitutas, 39% de magistradas titulares; 30% de desembargadoras e apenas 16% de ministras. Já em comparação com o ano de 1970, houve um acréscimo de 30% na participação feminina no Poder Judiciário e, por fim, no ano de 2018 houve acréscimo relevante, chegando-se ao total de 38,8% de magistradas ativas (CNJ, 2019, p. 6).

Os dados ganham relevo quando se observa que, com relação à população brasileira, no ano de 2018, o número de mulheres correspondia a 51,6% da população, enquanto o número de homens chegava a 48,4% do total. Evidencia-se, portanto, que, embora a população brasileira seja composta, em sua maioria, por mulheres, são os homens que ocupam majoritariamente os cargos no Poder Judiciário, notadamente nos tribunais superiores (CNJ, 2019, p. 7).

Com um olhar macro, é possível identificar que da década de 70 para os anos 2000, houve um aumento significativo da participação feminina na magistratura, sendo de 8% para 22,40%, respectivamente. Entretanto, se considerarmos o espaço temporal de 2008 a 2018, portanto 10 anos, nota-se que este acréscimo ocorreu lentamente, isto é, de 37,6% para 38,8% respectivamente. (CNJ, 2018, p. 42).

De volta às análises dos Relatórios Justiça em Números realizado pelo CNJ, como já sinalizado, não houve registros no ano de 2020 e 2021 sobre diferenças de gênero no quadro de magistrados. Entretanto, os números de magistradas já são registrados no referido Relatório de 2022, com a descrição na época de 38% apenas de juízas (CNJ, 2022, p. 94). Por outro lado, com uma metodologia um pouco mais descritiva, o relatório de 2023 aponta números mais precisos. Observou-se que o quadro em 2023 do Poder Judiciário era composto por 38% de juízas e desembargadoras no Poder Judiciário (CNJ, 2023, p. 79). Mesmo incluindo outros setores da magistratura feminina, o número ainda permanecia menor em relação aos magistrados do sexo masculino.

Com um olhar setorializado, em relação à Justiça Estadual, os números eram de 38% (CNJ, 2023, p. 81), enquanto 2024 houve um aumento sutil de 38,2% (CNJ, 2024, p. 110) e 2025 com 38,8% de magistradas (CNJ, 2025).

Por outro lado, quanto à Justiça do Trabalho, em 2023 o registro foi de 49% de magistradas (CNJ, 2023, p. 81). No ano seguinte diminuiu para 39,7% de mulheres (CNJ, 2024, p. 110) e, em 2025, identificou um aumento progressivo de 49,56% (CNJ, 2025).

Na Justiça Federal, em 2023, os números eram de 31% (CNJ, 2023, p. 81), com crescimento mínimo em 2024 para 31,3% de mulheres na magistratura (CNJ, 2024, p. 111), e, em 2025, com 31,81% de magistradas (CNJ, 2025).

De forma ainda mais detalhada, verificou-se que em 2023, os números de juízas, desembargadoras e ministras correspondiam a 40%, 25% e 18% respectivamente (CNJ, 2023, p. 79). E, em 2024, registrou-se 39,0%, 32,4% e 26,2% respectivamente (CNJ, 2024, p. 107). Nesta primeira análise comparativa, tanto no relatório de 2023 como no de 2024, comprovou-se que primeiro, conforme os cargos aumentam, os números de representatividade feminina diminuem. Segundo que nas justiças estaduais, do trabalho e federal, a variação, apesar de positiva, foi mínima.

Ainda sobre os números de 2023, convém investigar agora os números aplicados no documento “Participação Feminina na Magistratura – Atualizações de 2023”, confeccionado pelo mesmo órgão em questão. O estudo quantitativo realizado pelo CNJ decorreu de números presentes no Módulo de Produtividade Mensal (MPM) e dos dados oriundos de ofícios enviados aos tribunais brasileiros (CNJ, 2023, p. 5).

O primeiro registro que deve ser apontado é que nenhum dos números globais alcança a metade. Como bem indicado no documento “Participação Feminina na Magistratura – Atualizações de 2023”, não há um crescimento padronizado e muito menos metas numéricas definidas sobre o número de juristas mulheres para se obter um quadro de 50% para ambos os sexos. Enquanto alguns tribunais segmentados têm uma participação feminina equitativa, por exemplo, a Justiça do Trabalho com 48% de magistradas ingressantes no ano de 2021. Já a Justiça Federal não obteve percentuais de magistradas ingressantes no ano de 2021 (CNJ, 2023, p. 7).

Observa-se a Justiça do Trabalho, com 58,7% de mulheres em 2023, e por outro lado, os tribunais militares com uma média de 21% de juízas e desembargadoras (CNJ, 2023, p. 7).

E mais impactante ainda são os Tribunais Superiores, com 17% de ministras ativas. Nesta linha de números mínimos, o documento evidenciou que nos Tribunais de Justiça do Amapá e do Paraná não há participação de mulheres no cargo de desembargadores. Por outro lado, já no Tribunal de Justiça do Pará, verificou-se em 2023, a presença de pelo menos 57% de desembargadoras (CNJ, 2023, p. 8).

A partir da investigação geral realizada do Relatório Justiça em Números de 2024, verificou-se que os números de magistradas no Poder Judiciário despontaram de 38% em 2022 para 36,8% até abril de 2024. É importante considerar que a diferença significativa pode ser justificada em razão de 3,1% de casos não ter um preenchimento completo realizado pelos

magistrados no controle de Módulo de Pessoal e Estrutura Judiciária Mensal do Poder Judiciário², somando ainda com 0,2% de juristas que omitiram dados sobre o sexo (CNJ, 2024, p. 107).

Atualmente, o Conselho Nacional de Justiça possui o Pannel de Pessoal – Módulo de Pessoal e Estrutura Judiciária Mensal (MPM), cujo principal objetivo é estabelecer métodos de controle responsáveis por realizar um mapeamento do perfil dos magistrados e magistradas dos Tribunais Brasileiros, bem como serviços públicos deste mesmo nicho. As principais informações coletadas e registradas são: sexo, raça/ cor, cargo, idade e tempo de serviço. A partir da análise dos dados apontados pelo painel, verifica-se que, em 2025, há 39,7% de mulheres magistradas nos tribunais brasileiros, contra 59,84% de homens, e 0,46% de indivíduos não declarados (CNJ, 2025).

Em suma, após uma análise extensa do quadro de magistradas, juízes e desembargadores nos tribunais brasileiros, verificou-se que ao longo dos números não há um crescimento padronizado. Há tribunais com números mínimos de participação feminina, mas há tribunais com números máximos. Além da oscilação nos números, viu-se que conforme os cargos aumentam, os números de mulheres diminuem.

Ainda, há quesitos sociais que influenciam o quadro investigado, como o alto número de juízas solteiras, ao contrário do baixo número de homens casados. Resta agora investigar quais estão sendo as mobilizações do poder judiciário e dos órgãos correlatos para melhorar o quadro de participação feminina, bem como definir metas de ascensão para os próximos anos.

3. POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCENTIVO À PARTICIPAÇÃO FEMININA NOS TRIBUNAIS BRASILEIROS

Apesar de não ser possível identificar um crescimento padronizado na participação feminina no Poder Judiciário, em especial nos cargos de juízas, desembargadoras e ministras, verifica-se em relatórios científicos e estatais menções de ações afirmativas para fomentar o quadro de mulheres juristas, especialmente, magistradas.

Por este motivo, o presente capítulo cuidará de mapear as políticas públicas compostas por ações afirmativas responsáveis por incentivar e induzir a participação feminina em cargos de magistratura nos Tribunais brasileiros. Justifica-se pela necessidade em analisar se estas

² Trata-se de um controle responsável por realizar um mapeamento do perfil dos magistrados dos Tribunais Brasileiros bem como serviços públicos deste mesmo nicho. São registrados sexo, raça/ cor, cargo, idade e tempo de serviço (CNJ, 2025).

movimentações sociais estão favorecendo para o aumento, ainda que mínimo, de juristas do sexo feminino.

No primeiro momento, deve-se pontuar a Política Nacional de Incentivo à Participação Institucional Feminina no Poder Judiciário, que corresponde a uma política pública normatizada pela Resolução do CNJ nº 255 de 04 de setembro de 2018. Com poucos artigos, a ideia destas diretrizes legais foi legitimar a referida política e determinar uma igualdade de gênero em cargos e eventos institucionais do poder Judiciário (CNJ, 2018).

A criação, em 2018, da Política Nacional de Incentivo à Participação Institucional Feminina no Poder Judiciário se consolidou como um grande marco para as políticas públicas de ações afirmativas para o aumento de magistradas dentro do Poder Judiciário. Nesse sentido, ao estabelecer uma linha cronológica, mostra-se que, posteriormente à criação da Política Nacional de Incentivo à Participação Institucional Feminina no Poder Judiciário, surge a Resolução do CNJ nº 400 de 16 de julho de 2021, que estabelece diretrizes sobre sustentabilidade dentro do Poder Judiciário. Além de indicar iniciativas e intervenções a favor de um Judiciário sustentável, o ato incentiva a criação de duas ações específicas, visando a equidade de gênero (CNJ, 2021).

A primeira ação refere-se à necessidade de mobilizar o poder judiciário a alcançar a diversidade de gênero no ambiente laboral, conforme estabelecido no §4º do artigo 2º da Resolução. Já a segunda, diz respeito à necessidade de garantir que atos e políticas não sejam discriminatórios, seja quanto ao gênero, seja quanto à religião, estado civil, faixa etária, origem, opinião política e outros dados sensíveis, conforme determinado no §5º do artigo 15 da mesma Resolução (CNJ, 2021).

Tais diretrizes e normativas estabelecidas previamente serviram para justificar e consolidar a realização das Carta de Brasília pela Igualdade de Gênero no Poder Judiciário, dos anos de 2022 e 2023. Em linhas breves, em relação ao referido documento de 2022, ele decorreu do Seminário Mulheres na Justiça: Novos Rumos da Resolução nº 255, realizado em novembro de 2022. O conteúdo materializa-se em 20 objetivos, dentre eles: a obrigatoriedade de equidade de gênero no poder judiciário; movimentações a favor da inclusão dentro do Conselho Nacional de Justiça; promover comissões com discussões relacionadas a temas de gênero, raça e diversidade; buscar meios de premiações e gratificações que incentivem a participação feminina; e adotar métodos inclusivos em Escolas Judiciais e bancas de concurso para seleção de magistradas (CNJ, 2022). Tudo isso a fim de possibilitar o crescimento do número de magistradas em todos os graus de jurisdição na tentativa de mitigar as barreiras socioculturais impostas às mulheres ao longo dos anos.

Também merece destaque e relevância a criação da Portaria do CNJ nº 176 de 27 de maio de 2022, que define a criação do Repositório Nacional de Mulheres Juristas do CNJ. O objetivo desta política pública consiste em propor interoperabilidade de dados de mulheres que atuam na área jurídica e com conhecimento para tal, nos termos do art. 3 do ato normativo. O principal objetivo da Portaria é possibilitar o controle sobre a inclusão feminina e o monitoramento dos resultados produzidos pela Política Nacional de Incentivo à Participação Institucional Feminina (CNJ, 2022).

Outro marco relevante foi a Resolução nº 481, de 22 de novembro de 2022, que garantiu a implementação do regime de teletrabalho para casos específicos, em especial para gestantes e lactantes do Poder Judiciário. A criação desta resolução é resultado de uma preocupação de juízas, desembargadoras e ministras que vivenciam essa situação e sofrem preconceitos institucionais de gênero, uma vez que a maternidade, quando vivenciada sem uma rede de apoio e sem os incentivos institucionais necessários, configura-se como um dos principais pontos que dificultam manter e, conseqüentemente, progredir na carreira (Delgado, Miraglia, 2021).

No ano de 2023, durante a segunda edição do evento Seminário Mulheres na Justiça: Novos Rumos da Resolução nº 255, foi elaborada uma nova versão da Carta de Brasília pela Igualdade de Gênero no Poder Judiciário. Dessa vez, o documento possuía um conteúdo mais elaborado, com objetivos mais delimitados e estabelecidos e, para tanto, o novo documento foi dividido em quatro eixos principais que estabelecem objetivos diferentes entre si (CNJ, 2023).

São eles: participação feminina em tribunais superiores e no CNJ; formas de premiação e gratificação de mulheres em cargos de magistratura; incentivo à debates de gênero, raça e direitos humanos em Escolas Judiciais; discussões de prevenção e mitigação de violência às mulheres em posições de magistradas; mobilizações coletivas deste grupo em específico; e, por fim, articulações para mudar a dinâmica das decisões judiciais a favor da perspectiva da mulher. Além de trazer objetivos bem explicativos e delimitados em cada um destes eixos, o documento fomenta iniciativas que promovam gratificações e premiações como incentivo da participação feminina em cargos de magistratura (CNJ, 2023).

Nota-se que nas considerações da Resolução nº 255 atribuiu-se uma importância significativa à Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Ao longo das determinações desse ato normativo, verificou-se a preocupação com questões de gênero e inclusão de ambos os sexos no Poder Judiciário (CNJ, 2023).

O resultado destas instruções é a perfeita sintonia com os ODS, em especial o objetivo de nº 5, que expressa “alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas” (ONU, 2015). Observa-se que a política pública em questão parte de um olhar de que

a política de sustentabilidade visa fornecer meios para manter e fomentar a equidade de gênero entre cargos da magistratura.

Ainda no ano de 2023, tem-se a Resolução do CNJ nº 525 e responsável por dispor alterações na Resolução nº106. Em termos da ementa, a presente política pública tinha como objetivo abordar ações afirmativas a favor de um tribunal de 2º grau marcado com maior equidade entre os gêneros (CNJ, 2023).

No que se refere ao ato normativo alterado, o seu protagonismo foi marcado pelas determinações de requisitos para atribuir um merecimento direcionado à promoção de magistradas aos Tribunais de 2º grau. Percebe-se que, ao longo do texto, são definidos os critérios que devem ser observados na avaliação de merecimento, sendo de diferentes perspectivas (CNJ, 2010).

Acontece que antes das alterações da Resolução nº 525, não havia preocupações relacionadas à gênero e tampouco a intenção de viabilizar um cenário de equidade de ambos os sexos em cargos de magistrados. Essa afirmação é perceptível nas considerações elencadas dentro da Resolução nº 106 editada, bem como no “Guia Prático para aplicação das regras da Resolução CNJ n. 525/2023” elaborado pelo CNJ (CNJ, 2023).

A inovação ficou na inclusão do artigo 1º-A determinando que, se nos tribunais de segundo grau que não tiverem os cargos preenchidos na proporção de 40% a 60% por gênero feminino, estas mesmas vagas serão preenchidas por editais abertos a ambos os sexos e se for o caso, apenas para mulheres, até que se alcance a equidade (CNJ, 2010).

O destaque dessa alteração normativa recaiu sobre a criação destas políticas públicas que determinam o cumprimento da meta de pelo menos 40% de participação feminina no quadro de desembargadores nos Tribunais Brasileiros (CNJ, 2023).

Ainda nesta linha de raciocínio, o Conselho Nacional de Justiça elaborou o Guia Prático para Aplicação das Regras da Resolução nº 525 de 2023 contendo pontos explicativos sobre os motivos da alteração, quando será aplicado, quem é o público-alvo e como decorre a execução ao caso concreto, sendo justificável a sua criação em decorrência do baixo índice de participação feminina em cargos de magistratura, em especial de desembargadores (CNJ, 2023).

Tendo o material enumerado oito pontos como justificativas à sua criação sendo elas: ingresso; influência da vida pessoal; oportunidades perdidas por discriminação de gênero; critérios subjetivos para acesso por merecimento; discriminação institucional; e desafios para exercer o cargo propriamente dito (CNJ, 2023).

Em ato contínuo, deve-se pontuar a criação da Resolução nº 540 do CNJ de 2023. O protagonismo desta nova regulamentação é que sua criação decorreu da necessidade de alterar a Resolução do CNJ nº 255 de 2018. O que antes era um olhar superficial, com o ato normativo nº 540, a Resolução nº 255 passou a cuidar especificamente de equidade de gênero em cargos da magistratura, chefia, assessoramento, comitês, grupos de trabalhos, eventos correlacionados, servidores públicos e até mesmo em níveis de estagiários.

Além de se atentar a todos os níveis do poder judiciário, a alteração determinou que a resolução deve orientar a elaboração de meios de monitoramento para conferência do respeito à proporcionalidade de gênero. Outro ponto interessante da Resolução é a deliberação dos tribunais a se mobilizarem na realização de conversas de conscientização, incluindo, para tanto, seminários, reuniões, comissões e grupos de trabalhos. Nota-se que a Resolução de nº 540 atribuiu à regulamentação um olhar mais específico e incisivo à promoção da participação feminina no Poder Público em Geral (CNJ, 2018).

Ainda, em 2023, observa-se que o CNJ adotou um olhar mais aprofundado para as baixas taxas de ocupação feminina nos cargos de magistradas, buscando compreender as razões sociais da discriminação feminina e propiciando medidas que visam solucionar estruturalmente esse problema latente no âmbito judiciário. Por esta razão, o CNJ elaborou a Resolução de nº496 cujo objetivo é garantir mais equidade de gênero em bancas e comissões avaliadoras de cursos para seleção de magistrados e magistradas. Com esta mesma intenção, a Portaria do CNJ nº 146/2024 transfere o olhar para a composição do Comitê de Incentivo à Participação Institucional Feminina no Poder Judiciário, nomeando para tanto 32 mulheres para compor o quadro de membros (CNJ, 2024).

Além de movimentações regulatórias e normativas caracterizadas como políticas públicas fomentadoras da participação feminina em cargos da magistratura, é possível mapear algumas mobilizações extramuros, como o chamado Movimento Pessoas à Frente. Trata-se de uma iniciativa composta por membros da sociedade, pesquisadores, agentes públicos, sindicatos e terceiro setor, que juntos formam diretrizes e recomendações a partir de dados científicos e direcionadas à gestão governamental. Deste Movimento decorreu o Grupo de Trabalho Mulheres no Serviço Público, que realiza ações afirmativas responsáveis por estimular a participação feminina em cargos de liderança e aqueles significativamente altos (Movimento Pessoas à Frente. 2024, p. 5).

Por fim, merece destaque o Movimento Nacional pela Paridade no Judiciário, formado por magistrados de ambos os sexos de todos os tribunais brasileiros do Poder Judiciário. Corresponde a uma iniciativa dos próprios juristas que buscam alterar o atual quadro de juízes,

desembargadores e ministros, que se compõe, em sua maioria, de homens. O que mais se destaca neste movimento, além das iniciativas de promoção à equidade estrutural, é o Radar de Paridade nos Tribunais. Com a aplicação de uma metodologia ativa, a ferramenta permite o acompanhamento em tempo real do número de juízes em cada Tribunal de Justiça do Brasil.

É perceptível que as políticas públicas a favor da participação feminina no Poder Judiciário, em especial de juízas, desembargadoras e ministras, estão sendo implementadas progressivamente. A preocupação com a desigualdade estrutural e necessidade de equidade de gênero nos tribunais decorre de entes governamentais, sociedade civil e terceiro setor.

A presença significativa destas mobilizações é notável desde 2018, com a instauração da Política Nacional de Incentivo à Participação Institucional Feminina no Poder Judiciário. Porém trata-se de uma problemática muito antes deste marco temporal. Por isso, caberá ao próximo capítulo investigar se estes atos normativos e articulações estão influenciando no quadro de mulheres magistradas nos Tribunais investigados na primeira seção desta pesquisa.

4. OS EFEITOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO QUADRO DE MAGISTRADAS DOS TRIBUNAIS BRASILEIROS

Extraí-se, a partir do panorama apresentado, que há oscilação quanto ao número de mulheres na magistratura brasileira, a depender do critério de análise utilizado. Até recentemente, o quadro era agravado pela ausência de metas padronizadas em relação ao quantitativo de magistradas, nos diversos órgãos judiciários e nas diversas instâncias. Pôde-se perceber que, com relação aos cargos mais altos da estrutura, eles invariavelmente são ocupados majoritariamente por homens. Apenas recentemente o CNJ, com a publicação da Resolução nº 525, inaugurou um movimento interno cujo principal objetivo é ampliar a paridade de gênero na perspectiva da ascensão profissional das magistradas dentro do âmbito judiciário.

A partir da compreensão do quadro de mulheres magistradas e das políticas e ações afirmativas que vêm sendo criadas a favor da participação feminina, afirma-se que o presente capítulo cuidará em analisar quais são os efeitos destas políticas públicas, isto é, se suas implementações estão ensejando o crescimento progressivo e mínimo esperado de mulheres juristas.

O Módulo de Pessoal e Estrutura Judiciária Mensal do Poder Judiciário corresponde a uma extensão da “Política Nacional de Participação Feminina do Poder Judiciário” implementada pelo CNJ. Nesse sentido, deve-se considerar alguns dados fornecidos pelo

referido painel e dos relatórios analisados no início da pesquisa. É possível identificar na figura abaixo que, até o ano de 2022, houve um aumento progressivo nos números de participação feminina nos tribunais brasileiros. Entretanto, verifica-se uma queda nos números em relação ao ano de 2023. Uma das justificativas possíveis para este cenário de queda é a presença de maiores inscritos que não preencheram corretamente ou não declaram o sexo, como apresenta no MPM.

Magistradas em atividade	
Ano	% Mulheres Magistradas
1970	8%
1988	24,60%
2005	22,40%
2014	35,9%%
2018	38,80%
2021	38%
2022	38%
2023	36,80%
2024	39,60%
2025	39,70%

Fonte: elaborado pelas autoras conforme os dados do CNJ

O Painel de Dados de Pessoal do Poder Judiciário também realiza um controle das diretrizes da Resolução do CNJ nº 525/2023, ou seja, seu principal objetivo é verificar se há um número igual ou superior a 40% de mulheres nos tribunais brasileiros de 2º grau.

Para possibilitar a criação de uma macrovisão sobre a escassez de mulheres inseridas em cargos da magistratura, foi requerido pelo Movimento Pessoas à Frente a elaboração de uma pesquisa, a qual merece ser destacada. Tal pesquisa foi elaborada conjuntamente com o DataFolha³ a fim de mapear a participação feminina no Poder Judiciário e em outros cargos públicos (Movimento pessoas à frente, 2023, p. 10). O estudo gerou resultados significativos no que tange à inserção feminina no judiciário, obtendo as seguintes informações: 86% dos brasileiros compactuam que devem ser realizadas ações a favor da igualdade de gênero e racial

³ Instituto independente de pesquisa e opinião do Grupo Folha, cujo ramo de atuação é o desenvolvimento de pesquisas eleitorais e levantamento de dados estatísticos para o mercado.

no poder público. Neste sentido, 90% dos entrevistados afirmam que a participação feminina tornaria o serviço público melhor.

A partir do estudo realizado, observa-se que os cargos ocupados dentro do serviço público, em especial nas funções de magistratura, estão em dissonância com a estrutura social atual. Isso se deve ao fato de que o atual quadro de servidores públicos é, majoritariamente, composto por homens, enquanto a maior parte da população brasileira é composta por mulheres, o que resulta em um distanciamento dos indivíduos para com o exercício das funções da magistratura, justamente por não retratar a realidade vivida pela população.

Além do mais, evidenciou-se o incômodo com a ausência de mulheres ocupando cargos públicos, mapeado pela justificativa de que, se houvesse mais mulheres em cargos públicos, o exercício das funções do judiciário poderia ser mais igualitário. Assim, ressalta-se a importância e relevância de políticas públicas efetivas para a inserção e ascensão do número de mulheres que ocupam cargos relevantes dentro do âmbito judiciário.

Com estes cenários, mostra-se que as políticas públicas materializadas por resoluções, portarias e políticas de órgãos estatais caracterizam por ações afirmativas direcionadas na desconstrução do quadro paradoxal no qual há maior investidora de homens nos cargos de magistratura. Didaticamente, essas ações são mobilizações criadas para mitigar algumas desigualdades sociais intrincadas em cenários estruturais dentro da sociedade (Movimento pessoas à frente, 2024, p. 27).

Há pesquisadores (Bergmann apud Movimento pessoas à frente, 2024, p. 27) que afirmam que as ações afirmativas são formas de buscar e fomentar a diversidade e inclusão de minorias. Essas ações podem ocorrer por meio coercitivo valendo-se de uma norma ou mediante colaborações espontâneas da sociedade e do meio privado. Ao encontro dessa necessidade, foi promulgado o Decreto nº 11.785/23, o qual garante a possibilidade de ações afirmativas direcionadas às mulheres, incluindo, para tanto, as políticas públicas anteriormente mapeadas.

Considerando as ressalvas realizadas e apresentação do crescimento progressivo da presença de mulheres em cargos da magistratura, esta pesquisa terá como ponto de partida a análise da implementação da Política Nacional de Incentivo à Participação Institucional Feminina no Poder Judiciário, regulada pela Resolução do CNJ nº 255 de 04 de setembro de 2018. Logo, para fins metodológicos e científicos, a validação das políticas públicas em relação ao crescimento da participação feminina será a partir do ano de 2018.

Deve-se advertir que, apesar da pesquisa não considerar os números anteriores à 2018, os dados estatísticos evidenciam o aumento progressivo da participação de mulheres em cargos

da magistratura. A breve análise é justificável porque, em 1970, o percentual de mulheres era de 8%, enquanto em 2018, o percentual passou a ser 38,8%.

Deste modo, com um olhar geral, tem-se:

Em atividade em dezembro de 2018	
Cargo	%
Tribunais Superiores	19,60%
Justiça Estadual	37,40%
Justiça Federal	31,20%
Justiça do Trabalho	50,50%
Justiça Eleitoral	31,30%
Em atividade em dezembro de 2022	
Cargo	%
Tribunais Superiores	21,00%
Justiça Estadual	38%
Justiça Federal	31,00%
Justiça do Trabalho	49,00%
Justiça Eleitoral	34,00%
Em atividade em julho de 2025	
Cargo	%
Tribunais Superiores	36,97%
Justiça Estadual	39%
Justiça Federal	31,81%
Justiça do Trabalho	49,53%
Justiça Eleitoral	32,73%

Fonte: elaborado pelas autoras conforme os dados do CNJ⁴⁵

⁴CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – CNJ. **Diagnóstico da participação feminina no Poder Judiciário - 2019**. Brasília: CNJ, 2019. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2021/08/relatorio-participacao-feminina.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2025

⁵CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – CNJ. **Participação Feminina na Magistratura – Atualizações 2023**. Brasília: CNJ, 2023, 21 p. ISBN: 978-65-5972-091-0. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp->

Para o presente estudo foi elaborada a comparação de três marcos temporais, sendo eles: o ano de implantação da Resolução do CNJ nº 255/2018; o período em que o Conselho Nacional de Justiça realizou uma pesquisa empírica da participação feminina na magistratura e o período atual desta pesquisa, julho de 2025. Além disso, é importante afirmar que o termo “magistradas” se refere às ministras, desembargadoras e juízas titulares, substitutas e convocadas, permitindo que a pesquisa abranja o maior cenário possível de mulheres inseridas no judiciário nas funções da magistratura.

Ao observar os dados estatísticos, é perceptível o aumento de números percentuais, ainda que a oscilação tenha sido sutil. O escalonamento, compreendido entre o ano de 2018 e período atual do ano de 2025, pode ser justificado em razão da implementação da Política Nacional de Incentivo à Participação Institucional Feminina no Poder Judiciário. Não há dúvidas que os eventos Institucionais, como Seminários Mulheres na Justiça: Novos Rumos da Resolução nº 255 e as respectivas cartas de recomendações realizadas nos anos de 2022 e 2023 (CNJ, 2022; 2023) contribuíram diretamente para o rompimento de barreiras de gênero.

A Resolução do CNJ nº 525/2023 também se tornou protagonista para garantir o aumento na ocupação feminina em cargos da magistratura, sendo que seus reflexos não foram sentidos apenas na magistratura de primeiro grau, mas também nos cargos ocupados em segundo grau, ou seja, de desembargadores e desembargadoras, o que pode ser justificado pela implementação da meta de 40% do quadro ser composto de juristas mulheres (CNJ, 2023).

Não pode deixar de considerar o Painel de Pessoal – Módulo de Pessoal e Estrutura Judiciária Mensal (MPM) e mobilizações de Grupos de Trabalhos e da sociedade civil, como o Radar de Paridade nos Tribunais criado pelo Movimento Pessoas à Frente. Tais ações ocupam posições centrais, pois auxiliam no mapeamento destas resoluções nos contextos de participação da mulher.

O aumento destes números decorre também da preocupação da Resolução do CNJ nº540/2023 em inserir a mulher em todas as esferas do Poder Judiciário. O cuidado não se restringiu à magistratura, mas também aos demais cargos existentes no Poder Judiciário. Outro fato que reflete no aumento dos números foi o empenho realizado na manutenção do cargo pelas mulheres e ainda na forma de ingresso, especialmente pelos ditames da Resolução nº469

de 2023 (CNJ, 2023). Os números mostram os reflexos das políticas públicas e suas respectivas ações afirmativas.

A análise realizada permite a conclusão de efeitos positivos gerados pelas políticas públicas elaboradas pelo CNJ, conforme sinalizado neste estudo. Entretanto, sob uma macro perspectiva, comprova-se que os números não alcançam o patamar de equidade desejado, ainda que a sociedade brasileira seja composta por um maior número de mulheres. Assim, evidente que tais barreiras são frutos de construções históricas, socioculturais, as quais foram estruturadas dentro da sociedade, dificultando a participação feminina na esfera do judiciário, mas que podem ser desconstruídas por políticas públicas de ações afirmativas conjuntamente com a atuação da sociedade civil.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa evidenciou que a implementação de políticas públicas a partir de 2018 promoveu avanços significativos na visibilidade da desigualdade de gênero na magistratura e na construção de uma agenda institucional mais atenta à paridade. No entanto, os dados empíricos demonstram que a evolução permanece lenta e desigual, sobretudo nos cargos mais altos, evidenciando a reprodução estrutural da divisão sexual do trabalho de maneira mais evidente.

Nesse sentido, a criação e o desenvolvimento de políticas públicas que garantem maior chances para o ingresso, permanência e ascensão dentro dos cargos do judiciário são medidas urgentes e necessárias a fim de mitigar as barreiras socioculturais sempre impostas às mulheres que, majoritariamente, eram destinadas ao trabalho do lar e ao cuidado com a prole, o que propiciou o desenvolvimento da divisão sexual do trabalho, permitindo que o trabalho feminino fosse visto como inferior e menos competente do que o trabalho exercido pelos homens.

As ações criadas pelo Conselho Nacional de Justiça foram essenciais para que o aumento do número de magistradas pudesse alcançar índices mais relevantes sob a perspectiva de paridade de gênero. Entretanto, somente a atuação pública não é suficiente para garantir que a equidade seja garantida dentro dos cargos de magistratura brasileira. É preciso fomentar o debate e fortalecer organizações com iniciativas particulares para possibilitar a superação de barreiras socioculturais que impedem maior investidura feminina nos cargos da magistratura.

Ao articular os dados estatísticos esmiuçados ao longo do trabalho conjuntamente com as análises normativas, este artigo contribui para o fortalecimento da discussão sobre justiça de gênero no interior do sistema de justiça brasileiro, apontando caminhos para a concretização

do ODS nº 5 da Agenda 2030, o que é essencial para a concretização de uma sociedade mais igualitária. Por fim, evidencia-se que as ações afirmativas institucionalizadas pelo CNJ contribuíram significativamente para o crescimento no número de mulheres na magistratura brasileira. Porém, ainda há um longo caminho a ser percorrido para que, de fato, haja a equidade de gênero dentro dos tribunais brasileiros, especialmente em suas instâncias mais altas, sendo necessárias mais ações institucionais e sociais para o rompimento das barreiras impostas às mulheres.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Resolução Nº 525 de 27 de setembro de 2023**. Altera a Resolução CNJ n. 106/2010, dispondo sobre ação afirmativa de gênero, para acesso das magistradas aos tribunais de 2º grau. Brasília: CNJ, 2023. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/5277>. Acesso em: 24 jul. 2025.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Resolução Nº 540 de 18 de dezembro de 2023**. Altera a Resolução CNJ nº 255/2018 e dispõe sobre paridade de gênero, com perspectiva interseccional de raça e etnia, em atividades administrativas e jurisdicionais no âmbito do Poder Judiciário. Brasília: CNJ, 2023. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/5391>. Acesso em: 24 jul. 2025.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Resolução Nº 496 de 03 de abril de 2023**. Altera a Resolução CNJ n. 75/2009, que dispõe sobre os concursos públicos para ingresso na carreira da magistratura em todos os ramos do Poder Judiciário nacional. Brasília: CNJ, 2023. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/files/original141729202304126436bd7925677.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2025.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Resolução Nº 106 de 06 de abr. de 2010**. Dispõe sobre os critérios objetivos para aferição do merecimento para promoção de magistrados e acesso aos Tribunais de 2º grau. Brasília: CNJ, 2010. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/168> Acesso em: 24 jul. 2025.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Resolução Nº 481 de 22 de novembro de 2022**. Revoga as Resoluções vigentes à época da pandemia do Coronavírus e altera as Resoluções CNJ n. 227/2016, 343/2020, 345/2020, 354/2020 e 465/2022. Brasília: CNJ, 2022. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/4842>. Acesso em: 24 jul. 2025.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Portaria Nº 176 de 247 de maio de 2022**. Institui o Repositório Nacional de Mulheres Juristas no âmbito do Conselho Nacional de Justiça. Brasília: CNJ, 2022. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/files/original172938202205306294ff0291a8d.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2025.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Portaria Nº 146 de 18 de junho de 2024**. Altera a Portaria Presidência nº 136/2023, que institui Comitê de Incentivo à Participação Institucional

Feminina no Poder Judiciário. Brasília: CNJ, 2024. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/5639>. Acesso em: 24 jul. 2025.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNJ. **Carta de Brasília pela igualdade de gênero no Poder Judiciário de 2023**. Disponíveis em: <https://www.cnj.jus.br/programas-e-acoes/politica-de-participacao-feminina/>. Acesso em: 24 jul. 2025.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNJ. **Guia Prático para aplicação das regras da Resolução CNJ nº 525/2023**. Disponíveis em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2023/11/guia-pratico-para-aplicacao-das-regras-da-resolucao-cnj-23-11-23.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2025.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – CNJ. **Justiça em números 2020**. Brasília: CNJ, 2020, 236 p. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/pesquisas-judiciarias/justica-em-numeros/>. Acesso em: 26 fev. 2025

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – CNJ. **Justiça em números 2021**. Brasília: CNJ, 2021, 340 p. ISBN: 978-65-5972-493-2. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/pesquisas-judiciarias/justica-em-numeros/>. Acesso em: 26 fev. 2025

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – CNJ. **Justiça em números 2022**. Brasília: CNJ, 2022, 331 p. ISBN: 978-65-5972-493-2. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/pesquisas-judiciarias/justica-em-numeros/>. Acesso em: 26 fev. 2025

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – CNJ. **Justiça em números 2023**. Brasília: CNJ, 2023, 326 p. ISBN: 978-65-5972-116-0. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/pesquisas-judiciarias/justica-em-numeros/>. Acesso em: 26 fev. 2025

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – CNJ. **Justiça em números 2024**. Brasília: CNJ, 2024, 448 p. ISBN: 978-65-5972-140-5. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/pesquisas-judiciarias/justica-em-numeros/>. Acesso em: 26 fev. 2025

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – CNJ. **Módulo de Produtividade Mensal**. Brasília: CNJ, 2025. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/pesquisas-judiciarias/modulo-de-produtividade-mensal/>. Acesso em: 26 fev. 2025

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – CNJ. **Diagnóstico da participação feminina no Poder Judiciário - 2019**. Brasília: CNJ, 2019. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2021/08/relatorio-participacaofeminina.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2025

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – CNJ. **Participação Feminina na Magistratura – Atualizações 2023**. Brasília: CNJ, 2023, 21 p. ISBN: 978-65-5972-091-0. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2023/03/relatorio-participacao-feminina-na-magistratura-v3-20-03-23-ficha-catalografica.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2025.

DELGADO, Gabriela Neves; MIRAGLIA, Livia Mendes Moreira. Casulos de vidro das trabalhadoras em home office. **Revista da Faculdade Mineira de Direito**, v. 24, n. 47, p. 21-34, 2021.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Atualidade da divisão sexual e centralidade do trabalho das mulheres. **Revista de Ciências Sociais**, n. 53, p. 22-34, 2020.

JUNIOR, Oswaldo Pereira de Lima. RODRIGUES, Larissa Bastos. “O LUGAR DA MULHER TAMBÉM É NO PODER JUDICIÁRIO”: um olhar sobre a política pública judiciária de incentivo a participação feminina criada pelo Conselho Nacional De Justiça. **Revista de gênero, sexualidade e Direito**. Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 65-86, jul/ dez. 2023. Disponível em: <https://indexlaw.org/index.php/revistagsd/article/view/10111>. Acesso em 24 jul. 2025.

MOVIMENTO PESSOAS À FRENTE. **Mulheres no Serviço Público Brasileiro: Recomendações para o acesso, ascensão e permanência nos cargos de liderança - 2024**. 2024. Disponível em: <https://movimentopessoasafrente.org.br/wp-content/uploads/2024/11/mulheres-no-servico-publico-brasileiro-recomendacoes-para-o-acesso-ascensao-e-permanencia-nos-cargos-de-lideranca.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2025

MOVIMENTO NACIONAL PELA PARIDADE NO JUDICIÁRIO. **A nossa história começou assim**. Disponível em: <https://paridadenojudiciario.com/>. Acesso em: 26 fev. 2025

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDADES- ONU. **Objetivos de desenvolvimento sustentável. Transformando nosso mundo: A agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em: <https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-09/agenda2030-pt-br.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2025

SADEK, Maria Tereza. Magistrados: uma imagem em movimento. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. V. 13, n. 38, 1997. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/gdFqtbcbjxhSXkHZqjB8FGHf/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 24 jul. 2025.